

ECONOMIA

## Custo de vida

Reduzir preço dos alimentos exige enfrentar problemas estruturais

DIREITOS

## Maioria nas urnas

Qual projeto político responde aos problemas da vida das mulheres?

PATRIMÔNIO PÚBLICO

## Quem paga a conta?

Falhas em serviços privatizados colocam futuro das estatais em debate

COMPARE

## Líderes nas pesquisas

Veja as posições de Lula e Flávio Bolsonaro sobre temas centrais da eleição

# Brasil de Fato

— UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO —

Edição Especial

Set/Out 2026  
Ed. especial N° 16  
Circulação nacional



**QUAL PROJETO  
DE PAÍS SAIRÁ  
DAS URNAS?**



# Brasil de Fato

— UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO —

## Dois Brasis em disputa: o que o BdF vê nas urnas de outubro

► Nas ruas, nos carros de som e nas telas de celular, a eleição já entrou na vida cotidiana, e o WhatsApp da família voltou a ferver. Em outubro, o país responderá a uma pergunta: que projeto de Brasil sairá das urnas?

A polarização está demarcada. De um lado, o campo em torno de Lula (PT) busca garantir a reeleição do presidente para o quarto mandato; do outro, Flávio Bolsonaro (PL) representa o bolsonarismo após a condenação e prisão do pai por tentativa de golpe. O cenário é uma inversão de 2018, quando, no último especial impresso deste jornal para uma eleição presidencial, era Lula quem estava preso, tendo a condenação posteriormente anulada pelo STF.

O **Brasil de Fato** nunca escondeu de onde fala. Nascemos vinculados às lutas populares e sindicais e não acreditamos em jornalismo neutro. Nosso papel é olhar para os projetos em disputa e perguntar qual responde à vida concreta da classe trabalhadora.

Nas pautas que decidem a vida real, as propostas dos dois principais candidatos são distantes. A jornada de trabalho é um exemplo: enquanto

Lula defende a PEC que reduz a jornada para 40 horas, que aguarda votação no Senado, o lado bolsonarista ecoa a voz do empresariado, que rejeita aumentar o tempo de descanso do trabalhador, alegando aumento de custos.

Na segurança, a violência contra a mulher é a face mais grave do problema, com 1.571 feminicídios em 2025, que esta edição detalha em reportagem própria. Um projeto aposta sobretudo no endurecimento penal; o outro soma a isso à defesa da autonomia econômica das mulheres como condição para romper o ciclo de violência.

Outro tema que expõe as diferenças entre os projetos é a soberania. De um lado, a defesa de novas privatizações pelo campo liberal-conservador; de outro, empresas públicas e recursos estratégicos tratados como instrumentos de desenvolvimento e proteção dos interesses nacionais.

Este jornal não vai fingir neutralidade, mas quer tornar visíveis os grandes temas que atravessam esta eleição. Isso inclui também olhar para o que mudou na vida dos brasileiros nos últimos quatro anos: a renda média chegou ao maior valor desde 2012, o desemprego caiu e a inflação desacelerou.

O voto é decisão de cada leitor e leitora. Nosso compromisso é oferecer os dados para que essa escolha, em outubro, seja feita com informação e um debate saudável.

Sem fake news e manipulação.

### EXPEDIENTE E CONTATO

Esta é uma edição especial do **Brasil de Fato** | Circulação gratuita nacional | Set/Out de 2026

Direção: Nina Fideles

Editora-chefe: Monyse Ravena

Edição: Geisa Marques

Revisão: Rafaella Coury

Arte e Diagramação: Marco Vieira

Arte da capa: Marco Vieira

Jornalista responsável: Nina Fideles (MTB 6990/DF)

Fotos da capa: Cristina Índio do Brasil/Agência Brasil; Joédson Alves/Agência Brasil; Jesus Rivera, Katerina Holmes, Mike Jones/Pexels; Reprodução/Espaço Casa Viva-Rede CCAP-Manguinhos

Site: [brasildefato.com.br](http://brasildefato.com.br)

E-mail: [jornalismo@brasildefato.com.br](mailto:jornalismo@brasildefato.com.br)

Receba notícias pelo

Whatsapp: <http://bit.ly/3IJCl6q>

Receba notícias

pelo Telegram: <http://bit.ly/4nZ5Vno>

Instagram: @brasildefato

YouTube: @brasildefato

TikTok: brasildefato\_

Rádio Brasil de Fato: 98.9FM



[brasildefato.com.br](http://brasildefato.com.br)

P. Batista

## CUSTO DE VIDA

# Reduzir preço dos alimentos exige enfrentar problemas estruturais

Com inflação desacelerada, especialistas defendem fortalecimento de estoques públicos, agricultura familiar e redes de abastecimento

Luís Indriunas

Os indicadores mostram que a renda aumentou, o desemprego caiu e a inflação desacelerou nos últimos anos. O cenário econômico é mais favorável do que no fim do governo Bolsonaro, e os alimentos também acumulam inflação menor. Ainda assim, a comida continua pesando no orçamento das famílias.

Especialistas ouvidos pelo Brasil de Fato avaliam que avançar na redução dos preços exige enfrentar problemas que vão além da conjuntura econômica.

O economista João Pedro Stedile, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destaca a concentração na comercialização. Produtos como arroz, feijão, óleo de soja, café e carnes, afirma, são dominados por poucas empresas, “que controlam o comércio e também o preço”.

Esse ponto se soma a gargalos no abastecimento, à dependência do transporte rodoviário e aos efeitos de eventos climáticos extremos sobre as safras. Para o economista Valter Palmieri Junior, enfrentar problemas como esses exige políticas duradouras. “Se você não avança de uma forma estrutural, corre o risco de avançar um pouco, mas retroceder antes de dar tempo [de as políticas produzirem efeitos]”, afirma.

### Renda maior e inflação menor

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média no Brasil chegou a R\$ 3.613 em 2025, maior valor desde 2012. Em julho deste ano, o desemprego ficou em 5,3%, menor taxa da série histórica. A prévia da inflação de agosto mostrou queda de 1,02% na alimentação dentro de casa.

Nos três primeiros anos do atual governo Lula, a inflação da comida consumida em domicílio foi quatro vezes menor que nos três últimos anos do governo Bolsonaro (veja quadro).

Outros indicadores reforçam a melhora em relação aos anos anteriores. Quando Bolsonaro deixou a Presidência, em dezembro de 2022, o salário mínimo nacional de R\$ 1.212 permitia comprar 1,53 cesta básica em São Paulo (SP). Em julho de 2026, com o piso em R\$ 1.621, era possível adquirir 1,77 cesta, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

**“Produtos como arroz, feijão, óleo de soja, café e carnes são dominados por poucas empresas, que controlam o comércio e também o preço.”**

João Pedro Stedile, direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Apesar dos sinais de alívio nos índices oficiais, o economista Paulo Kliass explica que nem sempre a melhora acompanha a percepção do consumidor. “A população não vai comparar o preço hoje no supermercado com quatro anos atrás, mas com o mês ou semestre passados”, afirma.

### Do campo ao supermercado

A professora da Universidade de Brasília Elisabetta Recine, presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), aponta que parte da pressão sobre os alimentos está relacionada, também, a fatores globais sobre os quais os países têm capacidade limitada de intervenção. Nesse sentido, ela ressalta a relevância de políticas

## Preço da comida subiu 4 x mais com Bolsonaro do que com Lula

Média anual da inflação dos alimentos

**13,2%**  
entre 2020 e 2022



Comprava-se menos alimentos

**3%**

entre 2023 e 2025



Comprava-se mais alimentos

**“Se você não avança de uma forma estrutural, corre o risco de avançar um pouco, mas retroceder.”**

Valter Palmieri Junior, economista e autor de "A Inflação de Alimentos no Brasil: um fenômeno estrutural, específico e sistêmico"

públicas para reduzir os impactos.

“É fundamental um processo de bons indicadores e da maior estabilidade possível da questão macroeconômica, mas também lidar com a nossa capacidade de produzir, ofertar e distribuir alimentos saudáveis para toda a população”, pontua Recine.

A capacidade estatal de atuar no abastecimento, no entanto, encolheu sob Bolsonaro. Em 2019, 27 armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foram fechados e os estoques públicos diminuíram ao longo daquela gestão. A partir de 2023, Lula retomou investimentos em estoques e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para Stedile, a retomada desses

instrumentos precisa avançar. O economista defende ampliar estoques e criar uma rede de abastecimento para pequenos mercados e feiras, reduzindo também a dependência de intermediários. “O agricultor familiar, que é quem produz os alimentos para o mercado interno, fica vulnerável a atravessadores de todo tipo, que pagam o que querem para levar seus produtos”, diz.

### O que propõem Lula e Flávio Bolsonaro

Os líderes das pesquisas apontam caminhos diferentes para o tema da alimentação. Lula prevê ampliar PAA e Pnae, expandir o Plano Safra da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), além de criar linhas de crédito para agroecologia e produção orgânica.

Flávio Bolsonaro concentra suas propostas em produção agropecuária e infraestrutura, com corredores logísticos, seguro rural, produção nacional de fertilizantes e redução do tempo dos licenciamentos ambientais.





## PRIORIDADE

# Segurança lidera preocupação da população e coloca projetos de combate à criminalidade em disputa

**Enquanto candidatos da direita apostam em mais prisões e endurecimento de penas, Lula defende necessidade de integração nacional e inteligência**

Igor Carvalho

A segurança pública está no centro da disputa eleitoral de 2026. Uma pesquisa do instituto Real Time Big Data, divulgada em 1º de setembro, aponta o tema como o mais importante para 25% dos eleitores, à frente de inflação/custo de vida e saúde.

Enquanto candidatos da direita defendem mais prisões e endurecimento das penas, o campo progressista aponta para a necessidade de integração e inteligência no combate ao crime organizado.



Foto: Michael Filipp

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, tem como principal aposta a Proposta de Emenda à Constituição 18/2025 — a chamada PEC da Segurança Pública. A medida visa ampliar a coordenação nacional e a integração entre as forças policiais. Atualmente, a responsabilidade pela segurança pública é compartilhada entre os entes federativos, mas os estados concentram atribuições fundamentais, como o comando das polícias civil e militar.

“Esse projeto é fundamental para que a União estabeleça as diretrizes gerais da política nacional de segurança pública”, afirma o sociólogo Benedito Mariano, ex-ouvidor das polícias de São Paulo.

Para o especialista, a proposta também aponta para uma mudança no foco do enfrentamento às organizações criminosas.

“Lula quer enfrentar o crime organizado pelo andar de cima”, afirma Mariano, ao mencionar, também, o Programa Brasil Contra o Crime Organizado. A iniciativa foi instituída pelo governo federal em maio de 2026 com o objetivo de integrar órgãos de segurança para desarticular facções, milícias e grupos paramilitares.

Em contrapartida, os planos de governo de candidaturas da direita miram propostas de endurecimento penal com referências ao modelo de segurança de Nayib Bukele, presidente de El Salvador, marcado pelo encarceramento em massa. Entidades de direitos humanos e organismos internacionais denunciam prisões arbitrárias, tortura e restrições ao direito de defesa no país.

Principal representante da extrema direita na disputa presidencial, Flávio Bolsonaro (PL) tem se aproximado dessa experiência. Em 30 de agosto, ele e outros nomes do campo bolsonarista se encontraram com o ministro da Justiça e Segurança Pública de Bukele em São Paulo (SP).

“Tem pouco preso no Brasil, tinha que ter mais. Só não tem mais porque a legislação é frouxa”, declarou Flávio após a reunião, sem considerar que o país tem a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 964 mil pessoas presas, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Presente no encontro, o promotor Lincoln Gakiya, do Ministério Público de São Paulo (MPSP), que investiga o Primeiro Comando da Capital (PCC) há três décadas, fez ressalvas à importação do modelo salvadorenho.

“A gente tem que entender qual o modelo de justiça e de segurança pública que nós queremos para o país. Transformar modelos, com todo

respeito, copiados ou adaptados de outro país, vai haver necessidade de que a gente supere algumas dificuldades, inclusive do ponto de vista constitucional e legal”, afirmou.

## 'Duro contra pobres e negros'

Para Benedito Mariano, as diretrizes de governo registradas por Flávio Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mantêm uma lógica de endurecimento penal que recai sobre as parcelas mais vulneráveis da população, sem atingir as estruturas econômicas do crime organizado.

“É um discurso duro contra pobres e negros e fala mansa para o andar de cima do crime organizado”, afirma.

Medidas como a classificação de facções criminosas como organizações terroristas e a redução da maioridade penal são vistas pelo especialista como “demagogia eleitoral”.

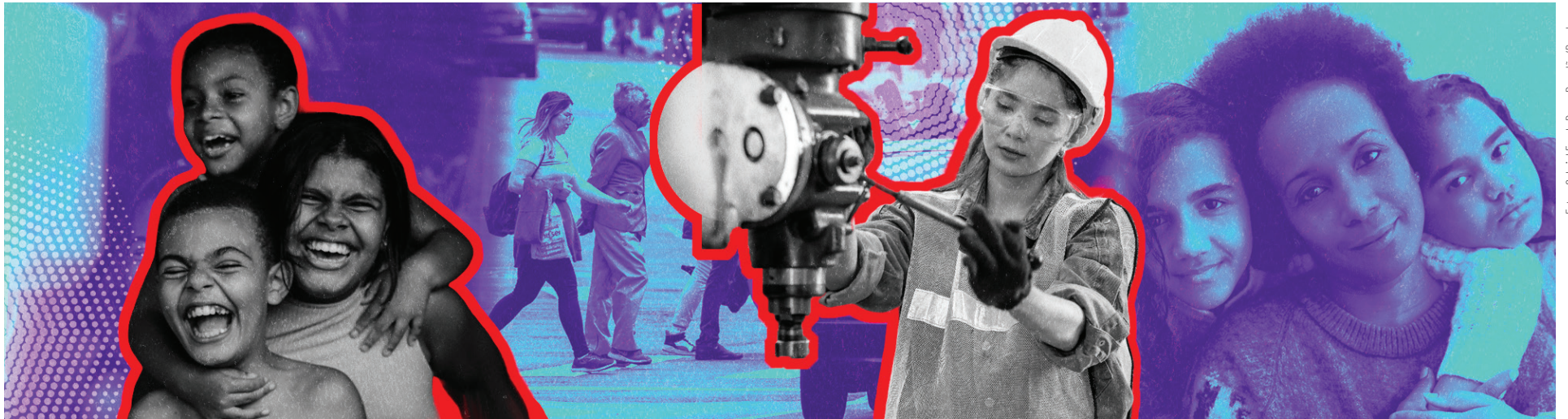
“O programa dele [Flávio] contém as narrativas de senso comum da extrema direita. Ele propõe classificar as facções criminosas como terroristas para agradar o governo estadunidense e colocar em xeque a soberania nacional, além de reduzir a maioridade penal para 16 anos. Mas 95% dos homicídios dolosos não são cometidos por adolescentes. É pura demagogia eleitoral”, conclui Mariano.



Foto: Edgar Santos/Pexels



## DIREITOS



Fotos: Gabriel Frank, Bruno Brandão/Pexels

# Autonomia financeira, tempo de trabalho e segurança: qual projeto político responde à vida das mulheres?

**Maioria do eleitorado, elas cobram respostas para problemas que atravessam o cotidiano**

Rodrigo Chagas

**M**ichele Aparecida da Silva trabalha como cobradora de ônibus em São Paulo (SP), em escala 6x1. Começa o expediente à tarde e volta para casa somente na madrugada. Quando chega, a filha já está dormindo. Quando acorda, ela já saiu para trabalhar.

“Quase não a vejo, quase não converso com ela”, conta. As tarefas de casa se acumulam e tomam parte considerável da única folga da semana.

“A gente, como mulher, como mãe, tem tantos afazeres que, quando vai ver, o dia já foi.”

A sobrecarga relatada por Silva é compartilhada por outras mulheres, que dedicam, em média, 9,6 horas semanais a mais que os homens ao trabalho doméstico e de cuidado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É nesse contexto que o fim da escala 6x1 ganha peso para essa parcela da população. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) defendida pelo governo Lula (PT) reduz a jornada para 40 horas, com dois dias de descanso e sem corte salarial.

O texto aguarda votação no Senado. Mesmo com apoio popular, setores da direita resistem à aprovação. Senadores bolsonaristas chegaram a apresentar uma PEC alternativa, batizada de

“escala 7x0”. O modelo, apoiado pelo candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL), abre brechas para jornadas sem descanso garantido.

**“A gente, como mulher, como mãe, tem tantos afazeres que, quando vai ver, o dia já foi.”**

**Michele Aparecida da Silva,**  
cobradora de ônibus em São Paulo

Além do trabalho e renda, outras pautas que perpassam a vida das mulheres têm ocupado a agenda dos candidatos nessas eleições. Maioria do eleitorado brasileiro, elas representam 52,8% dos votos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De olho nesse peso nas urnas, Lula e Flávio Bolsonaro têm intensificado os acenos ao segmento.

Em ato com mulheres em Minas Gerais, em 29 de agosto, Lula defendeu o fim da escala 6x1, políticas de autonomia econômica e ampliação da rede de proteção.

Do outro lado, o plano de Flávio Bolsonaro dá centralidade ao atendimento virtual às mulheres em áreas como saúde e proteção.

### Enfrentamento à violência

Sancionada no primeiro governo Lula, em 2006, a Lei Maria da Penha completou 20 anos em agosto como um marco no enfrentamen-

to à violência contra a mulher. Os avanços, porém, convivem com um cenário persistente.

O Brasil encerrou 2025 com 1.571 vítimas de feminicídio, alta de 4% e recorde da série histórica do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Em 2026, os números indicam queda, mas continuam alarmantes. De janeiro a julho, foram 848 vítimas, redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a ativista Lurdinha Simões, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), os índices refletem um processo longo de desmonte. Ela lembra que políticas para as mulheres avançaram nos governos Lula e Dilma, mas sofreram sucessivas perdas após 2016. No governo Bolsonaro, “a destruição foi total”, afirma.

**Segundo pesquisa do DataSenado, entre mulheres negras vítimas de violência doméstica sem renda suficiente para se manter, 85% convivem com o agressor.**

Entre outras medidas, durante a gestão de Jair Bolsonaro, o acesso a armas de fogo foi facilitado por meio de decretos presidenciais e portarias. Dados do Instituto Sou da Paz mostram

que, em 2024, o artefato foi usado em 47% dos homicídios de mulheres — incluindo feminicídios.

Segundo Simões, punição aos agressores, medidas protetivas e ação policial são indispensáveis no enfrentamento à violência, mas não bastam. “Você tem que ter autonomia econômica para conseguir romper o ciclo da violência”, explica Simões, que representa a Marcha no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

Segundo pesquisa do DataSenado, entre mulheres negras vítimas de violência doméstica sem renda suficiente para se manter, 85% convivem com o agressor.

Simões argumenta que ampliar a autonomia das mulheres depende de políticas públicas e organização coletiva. Ela cita como avanço a Política Nacional de Cuidados, criada no governo Lula. O programa reconhece o cuidado como direito e prevê a ampliação de serviços públicos — como creches e atendimento a idosos —, reduzindo uma responsabilidade que recai principalmente sobre as mulheres.

A luta, ressalta Simões, é para “alterar a vida das mulheres do ponto de vista econômico, da sua autonomia, de escolher o seu tempo, de ter suas opções, de romper relação quando quer”, finaliza.





## PRIVATIZAÇÕES

# Privatizações acumulam falhas e reforçam debate sobre papel das estatais

**Problemas em concessões contrastam com defesa de empresas públicas para garantir serviços, desenvolvimento e soberania**

Rodrigo Chagas

Em julho de 2024, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), celebrou a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que havia lucrado R\$ 3,5 bilhões no ano anterior. Na cerimônia, disse que a empresa estava “livre” e prometeu melhora na qualidade do serviço e queda na tarifa.

A conta residencial caiu 1%, mas as reclamações sobre o serviço cresceram 83,8% nos 12 meses seguintes. Somente de janeiro a julho de 2026, foram 11.580, alta de 120% sobre igual período de 2025, segundo levantamento do **Brasil de Fato** com dados da agência reguladora.

Os reflexos da onda privatista de Tarcísio também foram sentidos no transporte. Em julho de 2026, as linhas 11, 12 e 13 do sistema ferroviário foram devolvidas temporariamente à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) apenas três dias depois de passar à iniciativa privada, após incêndio e paralisações.

No Rio de Janeiro, a concessão da distribuição de água e esgoto, antes operada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), também acumulou problemas. As reclamações ao Procon Carioca cresceram 22% entre 2021 e 2024, e a Águas do Rio foi multada em R\$ 13,6 milhões por interrupções no abastecimento.

A disputa sobre o papel das estatais atravessou décadas desde as primeiras privatizações e segue presente nesta eleição. Flávio Bolsonaro, candidato à presidência pelo PL, defende ampliar as vendas, disse que “os Correios têm que ser

privatizados” e defendeu ampliar as privatizações para outras estatais. Lula, que concorre à reeleição pelo PT, em sabatina da *TV Globo*, afirmou o contrário: “Não considero vender. Considero recuperar os Correios”.

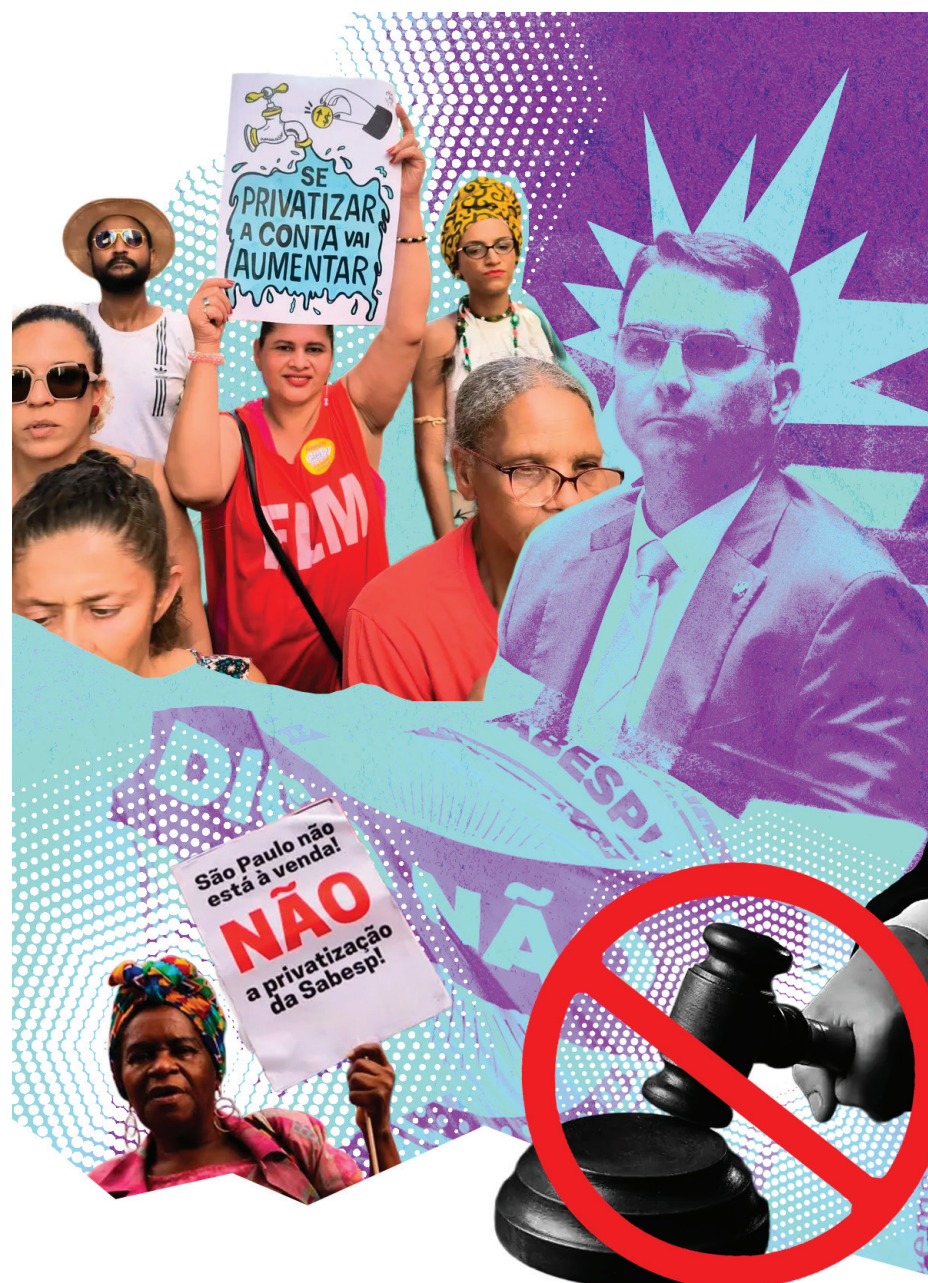
A estatal teve resultado positivo em 18 anos desde 2000, segundo levantamento do **BdF**, embora hoje atravessasse grave crise financeira. Diferentemente das empresas privadas do setor, a estatal tem obrigação de atender todo o país, inclusive onde a operação não é rentável. Em 2025, distribuiu 118,2 milhões de livros didáticos e movimentou 9,8 milhões de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em mais de 1,8 mil municípios.

Para a economista Juliane Furno, professora da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Instituto Tricontinental, empresas privadas e estatais partem de objetivos diferentes. “Uma empresa privada orienta a sua atividade econômica visando o lucro”, afirma. Em serviços essenciais, diz, a lógica deve ser outra, porque “essas coisas ou são direitos sociais básicos ou são setores econômicos vitais”.

O caso da Petrobras, maior empresa do Brasil e da América Latina em valor de mercado, ajuda a en-

**“No caso de setores estratégicos, a sua disponibilidade para a população deve vir em primeiro lugar. A gente não pode colocar o lucro na frente disso.”**

Juliane Furno, professora da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Instituto Tricontinental



Fotos: Divulgação/Serviço de Imprensa do Brasil de Fato; Saul Loeb/AFP; Wikimedia Commons

tender outra função estratégica de uma estatal. No governo Bolsonaro, oito refinarias que somavam cerca de metade da capacidade de refino da companhia foram colocadas à venda.

Um dos resultados das privatizações foi sentido no bolso dos brasileiros neste ano. Nos primeiros meses da guerra no Irã, com a disparada internacional do preço do petróleo, o diesel da Petrobras subiu 12%. Em Mataripe, refinaria privatizada na Bahia, a alta foi de 87%.

Para o economista e doutor em História Pedro Faria, o Estado funciona como um “capital paciente”: pode tomar decisões de longo prazo sem responder apenas à rentabilidade imediata. Em setores como petróleo e energia, esse controle também permite atuar sobre preços

e abastecimento e é, segundo ele, “essencial para a defesa da soberania nacional”.

“No caso de setores estratégicos, a sua disponibilidade para a população deve vir em primeiro lugar”, argumenta a economista Juliane Furno. “A gente não pode colocar o lucro na frente disso”, completa.

Lula interrompeu novas vendas de refinarias e já manifestou intenção de recuperar unidades privatizadas. A reversão de privatizações já é realidade em outros países. Um levantamento do Transnational Institute, compilado pelo **Brasil de Fato**, identificou 1.658 casos de serviços que voltaram ao controle público desde 2000. Água e saneamento somaram 393 casos e energia, 383, com melhora dos serviços e redução de custos entre as principais razões apontadas.



## SOBERANIA

# Terras raras entram no radar de Trump e ampliam pressão sobre soberania brasileira

**Enquanto governo Lula defende controle nacional sobre recursos estratégicos, direita se alinha a governo dos EUA**

Rodrigo Chagas

O Brasil tem a segunda maior reserva declarada de terras raras do mundo — minerais essenciais para equipamentos eletrônicos, turbinas, veículos elétricos, inteligência artificial e sistemas de guerra. A disputa por essas riquezas faz parte do cenário de uma eleição marcada por diferentes visões sobre soberania e relação com os Estados Unidos. O país norte-americano classificou esses minerais como estratégicos para sua “defesa nacional e segurança econômica”.

No Brasil, o governo Lula tem defendido que minerais críticos sejam processados nacionalmente e resiste a cláusulas que deem exclusividade aos EUA ou restrinjam vendas a outros países.

**“Minérios e fontes de energia tornaram-se determinantes para essa grande disputa tecnológica.”**

Miguel Stédile, pesquisador do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Já a família Bolsonaro mantém estreito alinhamento com o governo de Donald Trump, que tem interesses declarados no país e um histórico recente de ataques econômicos. Em 2025, Flávio Bolsonaro, candidato à presidência pelo PL, vinculou o fim do tarifaço de 50% imposto por Trump a produtos brasileiros à aprovação de uma “anistia ampla, geral e irrestrita” que beneficiaria Jair Bolsonaro, condenado e preso por tentativa de golpe de Estado.

Para o historiador Valério Arcary, a atuação da família Bolsonaro vai além do alinhamento tradicional da direita brasileira aos Estados Unidos, ao buscar diretamente a pressão de um governo estrangeiro sobre instituições e decisões do país. “Nunca na história brasileira nenhuma liderança alinhada com os EUA foi tão longe”, afirma.

A aproximação com o governo Trump também envolve outro candidato à presidência. Ronaldo Caiado (PSD), então governador de Goiás, assinou, em março, um memorando com o governo dos EUA sobre minerais críticos. O estado abriga a Serra Verde, em Minaçu, única operação comercial de terras raras em escala no Brasil.

**“Trump não deixará de agir para favorecer os Bolsonaros.”**

Valério Arcary, historiador



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O pesquisador Miguel Stédile, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, relaciona o interesse pelos recursos brasileiros à disputa tecnológica entre Estados Unidos e China, intensificada pela expansão da inteligência artificial. Minérios e fontes de energia, afirma, tornaram-se “determinantes para essa grande disputa tecnológica”.

Para Stédile, esse interesse já alcança o processo eleitoral brasileiro. Ele cita sanções econômicas, pressões políticas e questionamentos de representantes estadunidenses sobre a segurança das urnas eletrônicas como formas de interferência.

Arcary também aposta em novas ações do governo estadunidense durante a campanha. “Trump não deixará de agir para favorecer os Bolsonaros”, opina. Entre os interesses dos Estados Unidos no país, o historiador agrega também o petróleo, a Amazônia e o peso do Brasil no Brics — aliança intergovernamental de países do Sul Global.

A nova corrida pelas terras raras ocorre em um país que já abriu mão do controle direto sobre parte relevante de sua mineração. Em 1997, o governo federal privatizou a Vale.

Para o biólogo Luiz Paulo Siqueira, integrante da Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), além de prejuízo, a privatização significou a perda de capacidade do Estado de decidir diretamente sobre o ritmo, o destino e a finalidade da exploração mineral.

“O Brasil não pode manter-se nesse papel de mero exportador de recursos naturais”, argumenta Siqueira, que alerta para os riscos que a mineração pode representar para as comunidades diretamente afetadas.

“Mariana, Brumadinho e o caso da Braskem mostram a capacidade destrutiva que um projeto mineral pode ter quando o lucro é colocado acima da vida”, completa, em referência ao rompimento de barragens nas cidades mineiras e ao afundamento do solo em Maceió (AL) decorrente da exploração de sal-gema.

É esse precedente que, para o MAM, não pode se repetir agora com as terras raras. Além de controlar as jazidas, o desafio para o Brasil é controlar os impactos, dominar as etapas de separação, refino e transformação industrial, onde se concentra a maior parte do valor e da tecnologia.

“A capacidade de exercer nossa soberania é decidir quais vão ser os rumos do uso das riquezas do subsolo brasileiro”, completa.

**“Mariana, Brumadinho e o caso da Braskem mostram a capacidade destrutiva que um projeto mineral pode ter quando o lucro é colocado acima da vida.”**

Luiz Paulo Siqueira, biólogo integrante da Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)



Fotos: Divulgação/Serviço Geológico Brasileiro; Saul Loeb/AFP; Wikimedia Commons



Foto: Ricardo Stuckert



# LULA X FLÁVIO BOLSONARO

Foto: Andressa Aholete/Agência Senado



**Lula** repudiou as tarifas impostas por Trump e buscou derrubar a taxa-ção pela via diplomática. O governo classificou as justificativas dos EUA como infundadas e defendeu a soberania brasileira diante das pressões sobre decisões internas do país.

## RELAÇÃO BRASIL X EUA/TRUMP

**Flávio Bolsonaro** pediu a Trump que adiasse as tarifas contra o Brasil para depois das eleições, alegando que poderiam beneficiar Lula. A atuação bolsonarista nos EUA também contou com Eduardo Bolsonaro, que pediu sanções contra autoridades brasileiras e articulou medidas junto ao governo Trump.

**Lula** defende o Pix como questão de soberania nacional e afirma que o Brasil não aceitará pressões estadunidenses. Público e gratuito, o sistema é alvo do governo Trump por supostamente prejudicar operadoras de cartão dos EUA.

## PIX

**Flávio Bolsonaro** diz que não negociará o sistema. Mas Eduardo Bolsonaro, que atua politicamente nos EUA em nome da família, defendeu colocar o Pix em uma mesa de negociação com o governo Trump, alegando que o Brasil prejudica empresas estadunidenses.

**Lula** propôs o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, com dois dias de descanso e sem redução salarial.

## ESCALA 6x1

**Flávio Bolsonaro** é contra a PEC do fim da escala 6x1 e defende uma proposta alternativa apelidada de “escala 7x0”, que flexibiliza regras trabalhistas e não garante descanso semanal. O texto cria o trabalho por hora e permite que a jornada seja negociada diretamente entre patrão e empregado.

**Lula** promete manter a política de controle de armas e munições e reduzir o arsenal privado ampliado durante o governo Bolsonaro.

## ARMAS

**Flávio Bolsonaro** defende ampliar o acesso a armas. A campanha fala em rever medidas de controle adotadas por Lula e criar regras mais amplas para posse e porte.

**Lula** defende que a ação humana é responsável pelo agravamento da crise climática e cobra medidas para enfrentá-la. O governo registra queda nos alertas de desmatamento, sobretudo na Amazônia, e mantém o combate ao desmate como prioridade.

## MEIO AMBIENTE

Na sabatina da *TV Globo*, **Flávio Bolsonaro** atribuiu extremos de calor, chuvas e seca a efeitos “cíclicos” da natureza e relativizou a influência humana nas mudanças climáticas.

**Lula** rejeita a privatização de empresas consideradas estratégicas, como Petrobras e Correios. Em agosto, voltou a descartar a venda dos Correios e defendeu a recuperação da estatal, destacando sua presença em todos os municípios brasileiros.

## PATRIMÔNIO PÚBLICO

**Flávio Bolsonaro** coloca a privatização dos Correios entre suas prioridades e defende ampliar a venda de estatais, mesmo após falhas recorrentes em serviços privatizados, como os apagões da Enel em São Paulo, e em meio a uma onda de reestatizações no mundo.

### BOLSOMASTER

**Quatro fatos sobre a relação de Flávio Bolsonaro com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master**

**Pedido de R\$ 134 milhões:** Flávio negociou com Daniel Vorcaro um aporte de US\$ 24 milhões, cerca de R\$ 134 milhões à época, para financiar *DarkHorse*, produção sobre a trajetória de Jair Bolsonaro.

**Mais de R\$ 65 milhões em repasses:** relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontou transferências de mais de R\$ 65 milhões de Vorcaro para o fundo ligado ao financiamento de *Dark Horse*. Parte ocorreu após cobranças de Flávio.

**Visita após prisão:** Flávio admitiu que visitou Vorcaro em sua casa no fim de 2025, após a primeira prisão do banqueiro, quando ele usava tornozeleira eletrônica. Segundo o senador, o encontro foi para “botar um ponto final” nas tratativas sobre *Dark Horse*.

**“Estarei contigo sempre”:** mensagens obtidas nas investigações mostram proximidade entre Flávio e Vorcaro. Em uma delas, o senador escreveu ao banqueiro: “Irmão, estou e estarei contigo sempre”.



Foto: Daniel Ramalho/AFIP

**QUERO APOIAR**  
o jornalismo popular



CONHEÇA

O Brasil de Fato é um veículo multimídia com site, podcasts, rádio e redes sociais, onde a luta é pauta. Acreditamos no jornalismo de qualidade e comprometido com as causas populares. Se este jornal chegou até você, é porque existe gente que acredita no poder da informação. Mas jornalismo popular só se sustenta com apoio: precisamos de você para seguir existindo. Conheça o nosso trabalho e contribua com um Pix.



APOIE